

OPRESSÃO POLICIAL: A SOLUÇÃO É EDUCATIVA, NÃO JURÍDICA

Coordenador: SINARA SANTOS ROBIN

Autor: JÉSSICA BECKER MORAES

A oficina proposta partiu da experiência do Projeto Convivências, desenvolvido no Restaurante Popular durante o período de férias. Os beneficiados pelo projeto, todos moradores de rua, relataram a opressão que sofrem, cotidianamente, dos agentes públicos. A questão levantada tem raízes profundas no seio da sociedade. Ao estudarmos o fato sob uma perspectiva sociológica, identificamos que o problema não se restringe ao conflito morador de rua versus policial. Uma parcela dominante da sociedade, recheada de medo e preconceito, alimentados pelo sensacionalismo midiático e pela falta de contato com a realidade dos setores marginalizados, tipifica o indigente como um criminoso em potencial, que pode, a qualquer momento, atentar contra sua segurança pessoal ou seu patrimônio. O medo da sociedade reflete-se na atuação estatal: as políticas públicas de segurança sempre vêm apresentadas como um meio repressor da violência, buscando dar uma resposta imediata e veemente aos atos criminosos, sob a promessa de rigidez e intolerância a infrações à lei. A abordagem policial daí decorrente é opressiva. Neste combate proposto pelo Estado, a violência não raramente é utilizada como primeiro meio de abordagem, mesmo sem indícios de crime. As principais vítimas desse sistema são os indigentes, que, por sua situação precária, vagando pelas ruas, sofrem o preconceito institucionalizado. Nesse sentido, visando apresentar à comunidade a realidade das ruas, serão trazidos relatos de situações opressivas vividas por pessoas marginalizadas. Para tais casos, é previsto pelo Direito que a vítima da abordagem abusiva deve fazer uma denúncia ante uma Delegacia de Polícia Civil, especificando hora, data, o nome do policial ou número da viatura, e apresentando testemunhas. No entanto, além de esbarrar na burocracia do procedimento, os moradores de rua têm medo da retaliação policial, pois quem denuncia é "marcado" pelos agentes e fica ainda mais vulnerável no que tange à sua segurança pessoal. Enquanto a sociedade não se libertar dos seus medos e preconceitos, este "efeito-dominó" continuará fazendo suas vítimas. Luis Eduardo Soares, no Livro "Cabeça de Porco" faz a seguinte analogia acerca do preconceito: "O medo funciona no campo da segurança pública como a expectativa de inflação, na economia: o comerciante prevê o aumento de preços e eleva os seus, antecipadamente, para proteger-se; em o fazendo, ao invés de defender-se da inflação, a produz, ou melhor, contribui para produzi-la. A inflação inercial é o efeito agregado das

decisões preventivas dos que procuram proteger-se de seus efeitos. O círculo se fecha, instaurando um mecanismo de retroalimentação. (...) A profecia se autocumpre." A conscientização acerca dos pontos abordados passa diretamente pela ampliação de um debate sobre as causas do problema, não somente sobre as soluções imediatistas geralmente utilizadas. A presente oficina vem com o objetivo, então, de provocar este debate e, ao mudar o enfoque do senso comum, buscar uma consciência coletiva de que há uma inversão na relação causa-consequência entre moradores de rua e a criminalidade.